

# O DRAMA DA SAÚDE

CORREIO BRAZILIENSE

Josaphat Marinho

28 MAR 1998

A falta de planejamento, em qualquer domínio de atividade, conduz sempre ao trato impróprio dos problemas. Como não há diretrizes estabelecidas, o pensamento oscila entre considerações e fins circunstanciais. A insegurança torna-se mais grave no campo da administração do Estado, pela complexidade das questões e dos fatores que interferem nas soluções reclamadas. O conflito de interesses, uns de ordem pública, outros de natureza privada, perturba intensamente a escolha dos caminhos certos. A visão dos responsáveis pelas opções adequadas sofre a incidência de elementos escorregadios.

É o que vem ocorrendo, há tempo, com os problemas de saúde, no Brasil. A inexistência de um plano objetivo e plurianual, abrangente dos diversos serviços e corretamente seguido, desorienta os administradores, dificulta-lhes o comando efetivo dos diferentes setores, cuja eficiência se vai reduzindo, lamentavelmente. Também por não existir o planejamento racional, os recursos financeiros previstos não correspondem às necessidades apuradas no campo nacional. Por isso mesmo, o ministro Adib Jatene, se cuidou da estruturação e da agilidade dos serviços, houve que desviar largo espaço de seus esforços para a conquista de novos recursos financeiros. De sua pertinácia resultou a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Quando a obteve do Congresso Nacional, porém, motivos vários o aconselharam a deixar o Ministério. E hoje se afirma



Fred Lobo

que nem todo o produto da contribuição arrecadado tem sido destinado aos serviços de saúde. Especula-se, porém, sobre a transformação do tributo provisório em definitivo.

Há, pois, visível desajustamento entre a orientação oficial adotada e as necessidades gerais da sociedade. O Ministério e seus órgãos ficam discutindo providências, em vez de adotá-las e as executar com firmeza. As organizações privadas que se vinculam aos SUS reclamam da retribuição recebida, da demora no pagamento, da desarticulação dos serviços ministeriais. Os estados não são contemplados com verbas equivalentes às exigências de sua população, como a Bahia. A

tuberculose volta a ocupar terreno incompatível com o desenvolvimento da medicina. Alastra-se a dengue. Os hospitais públicos, sem meios, atendem mal, quando atendem, espalhando doentes por seus corredores. A espera dos que precisam de socorro é intolerável, desumana. Médicos mal remunerados não podem dedicar o tempo devido aos serviços oficiais, ou os abandonam à busca de garantia de aperfeiçoamento e de sobrevivência digna. Enfim: descaracteriza-se o sistema de saúde, como se dele o destinatário não fosse o povo. O ministro Carlos Albuquerque mesmo lhe fez aguda crítica.

Embora a Constituição declara

a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º), e o considere direito social (art. 6º), assegurado a todos como dever do Estado (art. 196), dessa garantia não se trata na substituição do ministro. Arrastou-se um titular, ao longo dos dias, pelos desvãos da incerteza humilhante. Sem ser ele exonerado, noticiava-se convite a quem deveria substituí-lo. Desprezada a comunidade médica, designa-se o sucessor. Não há que fazer restrição ao escolhido, por ser economista. Cabe, entretanto, observar que no país de hoje, com os profissionais de medicina existentes em todos os seus setores, inclusive da administração especializada, ignorá-los é desprimoroso para a cultura nacional.

O poder indiscutível de escolher o presidente da República os ministros de Estado não envolve o arbítrio de ignorar a especialização, que engrandece a inteligência do homem e da mulher. Nas nações civilizadas, os seres humanos aperfeiçoam-se para ser aproveitados no domínio de seus conhecimentos. Não devem reduzir-se a auxiliares ou assessores, mas ter a oportunidade da direção superior, que imprime rumos e forma escolas. Que acerte o ministro José Serra, com sua competência geral. Atente, entretanto, o poder político na necessidade de conciliar sua vontade imperial com sentimento comum de justo respeito aos espíritos amadurecidos no trato especializado das questões nacionais.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia